



MAURO UTIDA E AGÊNCIAS
mutida@jj.com.br

Câmara recebe PPA

O Plano Plurianual para o período 2018-2021 será entregue nesta quinta (31) à Câmara Municipal pelo gestor da Unidade de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi. Os vereadores têm até o dia 23 de dezembro para votar o projeto. Antes, o PPA deve seguir um trâmite jurídico que pode envolver a realização de mais audiências públicas.

Emenda

Está prevista para esta quinta (31), às 14h, no Palácio dos Bandeirantes, a cerimônia de assinatura do convênio para a liberação da emenda parlamentar, de R\$ 200 mil, que foi destinada para obras de ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Cabreúva. Segundo o deputado estadual Junior Aprillanti, esta emenda foi destinada graças à solicitação encaminhada pelo presidente da Câmara de Cabreúva, Antonio Mangjini, e membros do PSB.

Reforma adiada

Seguindo o padrão das últimas semanas, os deputados federais não conseguiram chegar nesta quarta-feira (30) a um entendimento e adiaram mais uma vez a votação da reforma política em plenário. Como na semana que vem os trabalhos no Congresso serão encurtados pelo feriado de 7 de Setembro, uma possível votação pode ocorrer somente por volta do dia 14 de setembro.

Sessão solene

A Câmara Municipal de Várzea Paulista terá uma sessão solene especial na próxima terça-feira, 5 de setembro. Nessa data, os vereadores entregarão as Moções de Aplauso votadas na sessão ordinária de 29 de agosto, em que são feitos cumprimentos à Diocese e ao movimento de Renovação Carismática Católica. A sessão solene terá a presença do bispo diocesano dom Vicente Costa.

Frente Favela Brasil

Pular intermediários e eleger diretamente parlamentares negros e moradores das periferias é o objetivo do partido Frente Favela Brasil, que comunicou nesta quarta (30) ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter obtido registro no cartório civil, uma das condições para a formação de partido político pela legislação. A Frente pretende angariar votos entre os mais de 112 milhões de habitantes das favelas brasileiras.

Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo será aberta este ano em Itupeva. O anúncio foi feito pelo presidente da Câmara, Eri Campos, e pelo diretor Claudiorley Pellegrini de Souza, aos diretores Carlos Magno Serrano, o Tico, e Antônio de Oliveira, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SindServ), na tarde desta quarta-feira (30). Após visita à Câmara de Piracicaba para verificar como funciona a Escola lá, Campos retomou com a certeza de que implantará este trabalho no município.

► CAMPO LIMPO PAULISTA

Fundação para gerenciar saúde cria mais cargos

Prefeitura diz que proposta traz mais agilidade e eficiência à gestão de saúde da cidade, porém recebe críticas por criar mais cargos

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

A Câmara de Campo Limpo Paulista aprovou dois projetos polêmicos na sessão de terça-feira (29), ambos pelo mesmo placar: 9 a 3. O primeiro foi sobre a reforma administrativa e o segundo cria a Fundação Pública de Saúde de Direito Privado. A iniciativa prevê abranger a gestão da saúde como um todo focando no Hospital de Clínicas (HC).

Enquanto a reforma administrativa busca atender uma determinação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com o objetivo de reduzir as despesas com cargos de comissão, a Fundação de Saúde prevê cinco membros para compor a diretoria executiva, indicados pelo chefe do Executivo, neste caso o prefeito Japim Andrade (PROS).

Os salários dos diretores que irão administrar a Fundação não foram divulgados pela assessoria de imprensa da prefeitura, porém o texto da proposta informa que o de presidente não poderá exceder o de secretário municipal,

os de diretores não poderão exceder os de diretores municipais e os de gerentes não podem exceder aos dos cargos municipais de chefes de divisão.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Campo Limpo Paulista, Henrique Bibiano, critica a criação de mais cargos de confiança com salário de gestores executivos. Ele não acha justo a Prefeitura de Campo Limpo Paulista se recusar a reajustar o salário dos servidores e ao mesmo tempo criar mais cargos com altos salários. "O prefeito alega não poder dar o aumento para o salário ao funcionalismo porque a folha de pagamento está no limite de 45%. O funcionário público está sem receber aumento por causa dos tantos cargos de comissão", observa.

O vereador Evandro Giora, que é do mesmo partido do prefeito, o PROS, votou contra os dois projetos por também não concordar com aumento de cargos na administração municipal. "Não concordo com o aumento de cargos de confiança, além disso, não nos informaram o quan-



FUNCIONALISMO No final de julho, servidores protestaram e fizeram paralisação para reivindicar reajuste de salário em Campo Limpo

to de ônus estes projetos podem trazer para o município", afirma Giora.

A prefeitura alega que o processo de criação da Fundação foi construído de maneira democrática, em três audiências públicas. "A proposta traz mais agilidade e eficiência à gestão de saúde em Campo Limpo Paulista. Com a Fundação, a contratação de funcionários, compra de equipamentos e medicamentos ocorrerão de maneira

mais rápida, com transparência, fiscalização, legalidade, publicidade e impessoalidade", informa.

O Executivo também informa que um conselho curador deliberativo será instituído e contará com membros do Executivo, Legislativo, Conselho de Saúde e sociedade civil. "Todas as decisões relacionadas à Fundação passarão pelo crivo do Conselho e do Ministério Público, inclusive relacionadas às contratações."

Economia

Pelo projeto da reforma administrativa, o Executivo alega que a proposta pretende diminuir o número de cargos de comissão, atendendo a determinação do TJ-SP, além de ter sido abolida a possibilidade de cumulação de funções de confiança. Com o projeto, a prefeitura afirma que terá um corte de gastos públicos no valor de aproximadamente R\$ 5,6 milhões.

► ESCOLA SEM PARTIDO

Projeto é suspenso por 30 dias para discussão

Após causar grande polêmica desde que foi apresentado na Câmara de Jundiá, o projeto Escola Sem Partido foi suspenso por 30 dias pelo autor da proposta, o vereador Antonio Carlos Albino (PSB), para "debater melhor com a sociedade e estudar a legalidade e constitucionalidade", diz ele.

Albino protocolou o requerimento à presidência da Câmara solicitando a suspensão na terça-feira (29). O autor da proposta informa que não tem previsão para colocá-la para votação e quer discutir o projeto junto à so-

ciiedade civil organizada e entidades sociais. "Estou recebendo professores e estudantes interessados em debater a proposta, além de representantes de igrejas e famílias", informa.

Ele ainda acrescenta que não pretende retirar o projeto, conforme orientação do seu partido, o PSB.

A notícia da suspensão temporária do projeto Escola Sem Partido, que visa a neutralidade política, ideológica e religiosa dentro das salas de aula do município, foi comemorada por movimentos sociais de direitos humanos

de Jundiá e também por professores e estudantes contrários à iniciativa.

A presidente da Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rose Gouvea, espera que esta atitude não seja uma estratégia para esfriar os grupos contrários ao projeto. Ela afirma que diversos grupos da cidade estão atentos à tramitação desta proposta por meio do site da Câmara dos Vereadores. "Para nós foi uma grande vitória e esperamos que ele entenda que este programa não é bom para o município", declara. (MU.)



EM DISCUSSÃO Albino diz que não pretende retirar o projeto, mas debater mais

► DEPUTADOS

Câmara anuncia corte de R\$ 236,5 mi

A Câmara dos Deputados divulgou nesta quarta-feira (30) planos para arrecadar R\$ 221 milhões com a venda da folha de pagamento da Casa. Além disso, pretende cortar despesas num total de R\$ 236,5 milhões.

"Diante do cenário econômico do país, que impõe restrições nos gastos de todos os órgãos da administração pública federal, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados também dará a sua contribuição para o corte de gastos públicos proposto pelo governo federal. De maneira inédita, a Câmara vai reduzir suas despesas e ampliar suas receitas em R\$ 457,5 milhões", informou o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em comunicado.

Para elevar a arrecadação, a

Câmara vendeu à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil sua folha de pagamentos. Haverá pagamento imediato de R\$ 70 milhões e o restante, R\$ 151 milhões, será pago no período de 60 meses.

Toda receita arrecadada na operação com a folha de pagamentos será transferida ao Tesouro Nacional. A publicação no Diário Oficial da ratificação dessas contratações sairá nesta quinta-feira (31). As duas instituições financeiras já haviam adquirido a folha em 2008 por R\$ 220 milhões. Este valor, atualizado, chega a mais de R\$ 370 milhões. Segundo o informe, haverá redução de despesas com custeio operacional, obras e investimentos, além de pessoal e encargos sociais. (FP)

► DE ATUAR CONTRA ELE

Fachin nega pedido de Temer para impedir Janot

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), negou pedido da defesa de Michel Temer para impedir o procurador-geral Rodrigo Janot de atuar em casos envolvendo o presidente. Para Fachin, não há argumentos que justifiquem o pedido.

Segundo ele, "as alegações exteriorizadas pela defesa não permitem a conclusão da existência de relação de inimizade capital entre o presidente da República e o Procurador-Geral da República, tampouco que o chefe do Ministério Público da União tenha aconselhado qualquer das partes".

Para a defesa do presidente, a atuação de Janot em casos envolvendo Temer extrapolava

"em muito os seus limites constitucionais e legais inerentes ao cargo que ocupa", e falta imparcialidade ao procurador-geral. De acordo com os advogados, "o alvo" de Janot "é a pessoa do presidente da República, não importam os fatos".

Fachin também considerou improcedente o argumento de que o ex-procurador Marcelo Miller tenha atuado, como advogado da JBS, para orientar a delação dos executivos do grupo.

A defesa de Temer destaca que o procurador não cumpriu quarentena - período de três meses depois de sair do serviço público - antes de atuar no setor privado. "Pondero que eventual atuação do ex-membro do Ministério Públi-

co, inclusive com cogitado descumprimento de possível quarentena, se constituir entrave à atuação do ex-agente público, não alcança, por consequência, o Procurador-Geral da República", escreveu Fachin. "Em outras palavras, sem adentrar no mérito do tema, cabe ao agora advogado exercer a profissão de modo compatível com as normas de regência, sendo o caso, com eventuais limitações, ainda que temporárias e circunstanciais." No começo do mês, Fachin negou pedido de Janot para incluir Michel Temer no inquérito conhecido como "quadrilhão", que apura se políticos do PMDB participaram do esquema de corrupção na Petrobras. (Folhapress)